



Wikileaks e Liberdade na Comunicação: Concepções da Sociedade Brasileira Frente à Web 2.0¹

Francisco José Paoliello PIMENTA²

Luciana Ribeiro RODRIGUES³

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

RESUMO

Nos últimos anos, pôde-se verificar o surgimento de um novo fator na esfera do ciberativismo, voltado para iniciativas relacionadas com a liberdade de informação. O ano de 2010 foi um dos mais significativos deles, tendo como um de seus expoentes as ações do site *Wikileaks*. Torna-se importante, a partir daí, compreender as diversas implicações que este novo fator causa na sociedade informacional, em especial como os brasileiros vêem o *Wikileaks*, e quais são as características das concepções de seus apoiadores.

PALAVRAS-CHAVE: Wikileaks; Comunicação; Pensamento lógico; Ciberativismo.

1. A liberdade como premissa básica.

Entre outubro de 2010 e outubro de 2011, quatro movimentos diferentes deram um novo fôlego para o ativismo político via Internet - o ciberativismo. Repercutidos pela mídia mundial ou não, ultrapassando a fronteira do virtual ou não, a repercussão do *Wikileaks* e de seu *Cablegate*, a Primavera Árabe, a demonstração da força de grupos *hackers*, como o *Anonymous*, e os movimentos de ocupação de praças, mostraram que, além de resistir às pressões das autoridades instituídas, o ativismo pela *web* vem apresentando novas características.

Percebe-se que todos estes movimentos que surgiram num curto período de tempo giram em torno de dois eixos fundamentais. O primeiro decorre das tendências anarquistas, sempre presentes nesses tipos de ações, nas quais não há um líder declarado, sendo todos igualmente responsáveis pelas ações. Isso ocorre com o *Anonymous* e também caracterizou a Primavera Árabe e os movimentos de ocupação de

¹ Trabalho apresentado no II05 – Comunicação Multimídia do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

² Doutor em Comunicação e Semiótica (PUC/SP - TSOA/NYU) - Professor Associado I (PPGCOM/UFJF).

³ Estudante de Graduação 5º semestre do Curso de Comunicação Social da FACOM/UFJF (Bolsista BIC/UFJF), e-mail: lucianarodriguesjf@hotmail.com



praças, os quais extrapolaram a fronteira virtual se tornando ativismos na esfera real. O segundo, contudo, surge como fator novo na esfera da também já tradicional defesa da liberdade de informação, por meio da política de vazamentos do *Wikileaks*. Ações desse tipo foram promovidas também pelo grupo *Anonymous*, entre elas a recente divulgação de endereços de acesso à rede (IPs) de frequentadores de sites de pedofilia. Acreditamos, assim, que a tendência é de que alguns dos próximos movimentos estarão dentro desses eixos.

Ainda que estejam em eixos distintos, todas essas ações caracterizam-se pela ênfase na liberdade, seja política, seja na área da Comunicação. Porém, essa não é uma marca nova. Manuel Castells, no início dessa década, já constatava que esse é o norte de todos os movimentos gerados na web, ao definir quatro camadas da cultura da Internet, ou seja, a tecnomeritocrática, a *hacker*, a comunitária virtual e a empresária. Castells diria que essas camadas foram determinantes para que se promovesse uma ideologia da liberdade na primeira década do século XXI, a qual vem se tornando cada vez mais forte a cada movimento surgido. Esse apelo à liberdade nada mais seria do que um reflexo do contexto histórico no qual a Internet surgiu, em meio aos movimentos de contracultura e defesa da liberdade de expressão (CASTELLS, 2003, p. 34-41). O autor enfatiza também que se esperava que a Internet fosse um instrumento ideal para a promoção de uma democracia mais eficiente:

Torna-se muito fácil aceder à informação política através da Internet, pelo que, em princípio, os cidadãos poderiam estar quase tão bem informados como os seus líderes. Contando com a boa vontade do Governo, todos os documentos oficiais e uma quantidade considerável de informação não confidencial deveria estar disponível on-line. A interatividade permite aos cidadãos solicitar informação, expressar sua opinião e pedir uma resposta personalizada aos seus representantes. Em vez de o Governo vigiar as pessoas, as pessoas poderiam vigiar o seu Governo, algo a que tem direito já que, em teoria, o poder reside do povo. (CASTELLS, 2003, p. 186)

A liberdade implica também em cooperação: “Na verdade, quando dizemos ‘liberdade’ entende-se aí os mecanismos e atos autônomos de cooperação social que permitem o exercício do poder (e contrapoder), a produção social e a ativação psicológica de afetos” (ANTOUN E MALINI, 2010, p. 2). No entanto, também nesse aspecto, não é fator novo, pois as redes colaborativas, ou “*wikis*”, surgiram muito antes do que se imagina, por volta de 1994.

Ainda assim, a popularização das redes colaborativas trouxe a sensação de que o público está mais ativo em todas as esferas da vida pública, sensação que já havia



surgido juntamente com os blogs. Não somente isso, mas as redes sociais possibilitaram maiores articulações de ideias e de comunicação, caracterizadas pelos botões “compartilhar”, “*Reblogged this*”, “*Share*”, entre outros, que permitem que as informações da rede sejam retransmitidas velozmente para diversos usuários. Isso reflete uma diminuição do poder de controle das informações:

Torna-se cada vez mais difícil um Estado ter controle sobre a circulação de informação em rede. São diversos fatores, como o enfraquecimento das identidades nacionais, a transnacionalidade da Internet, o número cada vez maior de conexões e a dependência desse sistema para as atividades do Estado, que vão determinar um enfraquecimento do controle governamental do ciberespaço. (ARAÚJO, 2011, p. 7)

Não só no campo político, tal como aconteceu nos países árabes, e nas eleições do Irã, em 2009, as redes tem propiciado uma intensificação dessas características na esfera da Comunicação, não mais propriamente como liberdade de imprensa, e sim como liberdade de informação e comunicação. Com a mudança no paradigma de fontes primárias comunicando para a massa na direção de um novo modelo em que os antigos receptores produzem as suas próprias mensagens e as disseminam, cria-se uma sensação de atividade e da quebra da passividade, mesmo que não seja na amplitude que muitos esperavam e ainda acreditam.

2. O Wikileaks⁴

Tal como Manuel Castells propõe, deve-se compreender os movimentos atuais e seus impactos sociais a partir de seus próprios termos, ou seja, utilizando suas práticas como formas de autodefinição. (CASTELLS, 2001, p. 94). Assim, cabe uma ambientação sobre o Wikileaks, antes de se discutir suas implicações na ética da informação.

A premissa básica do site é a postagem de fontes anônimas, documentos, fotos e informações confidenciais, vazadas não só de governos, mas também de empresas com informações comprometedoras. Tal atividade é definida pelo grupo como “vazamento com princípios”, já que publica como “política editorial” apenas informações de interesse ético, político, diplomático ou histórico.

O site surge em 2006, ao tornar pública uma decisão secreta do xeque Hassan Dahir Aweys, líder rebelde da Somália, ordenando a execução de líderes

⁴ Para mais informações referentes ao site ver artigo “Vazamentos e Vulnerabilidade: o caso Wikileaks à luz do direito da informação”, de autoria de Maria Alice Bragança e Paula Casarini Cundari, apresentado no Intercom 2011.



governamentais. Porém, somente em 2009 o site recebe o reconhecimento de sua atuação jornalística, ao receber o prêmio da Anistia Internacional durante o Festival Internacional de Jornalismo de Perugia, na Itália. O destaque é dado após a divulgação de mais de 6.700 reportagens do serviço de pesquisa do Congresso dos EUA.

Em 2010, o site recebe destaque mundial nos meios tradicionais de comunicação quando, instalada em Reykjavik, na Islândia, a equipe edita e divulga um vídeo de assassinato de civis por soldados norte-americanos, gravado a bordo de um helicóptero, no Iraque. Em 22 de outubro do mesmo ano são divulgados 391.832 documentos do exército norte-americano, que corresponderiam a uma espécie de diário da Guerra do Iraque, coletados entre 2004 e 2009. Então, em 28 de novembro, o site dá início ao que ficou conhecido como *Cablegate*, em alusão ao caso Watergate, que derrubou o presidente dos EUA, Richard Nixon, na década de 1970, divulgando 251.287 telegramas da diplomacia norte-americana, causando sérios constrangimentos àquele governo.

O *Wikileaks* está com suas atividades paralisadas desde o dia 24 de outubro de 2011, alegando falta de verba, a partir do que o seu fundador e membro mais atuante, Julian Assange, definiria como um “bloqueio arbitrário ilegal imposto pelo Bank of America, Visa, MasterCard, Paypal e Western Union”⁵, fazendo com que a organização perdesse 95% das verbas investidas, advindas de doações de apoiadores ao redor do mundo. Além disso, Assange encontra-se em prisão domiciliar no interior da Inglaterra, após denúncias de comportamento sexual inadequado. Mas, ainda assim, alguns documentos estão sendo divulgados esporadicamente, entre eles, em março de 2012, dados de que o corpo do militante islâmico Bin Laden teria sido levado para os EUA, após seu assassinato no Paquistão.

As operações do *Wikileaks* são feitas em 4 etapas⁶: A primeira envolve um “informante”, que possui acesso aos documentos secretos e os entrega a um integrante ou colaborador do site. Não são registradas informações dessa fonte. Posteriormente, essas informações são analisadas pela equipe da organização, a fim de verificar sua autenticidade, por meio de cinco especialistas. Daí, o conteúdo é apresentado no site, juntamente com um resumo dos conteúdos. Costuma-se, ainda, repassar essa

⁵ WIKILEAKS anuncia suspensão de publicações por falta de recursos. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/170942_WIKILEAKS+ANUNCIA+SUSPENSAO+DE+PUBLICA+COES+POR+FALTA+DE+RECURSOS> Acesso: 5 dez 2011.

⁶ ANAZ, Luiz. Como funciona o Wikileaks. Disponível em: <<http://informatica.hsw.uol.com.br/wikileaks1.htm>> Acesso: 6 dez 2011.



informação aos veículos de comunicação mais importantes no mundo, como o New York Times, The Guardian, El País, e, no caso do Brasil, às empresas Globo e Folha de São Paulo.

Para o pesquisador da Universidade de Stanford e, atualmente, colunista da Folha de São Paulo Evgeny Morozov essas parcerias foram o principal triunfo do *Wikileaks*, pois, assim, fica a cargo da mídia interpretar, contextualizar e passar para o público a informação. Além disso, há outros objetivos fundamentais ao se aliar com os meios tradicionais: em primeiro lugar, obter parceiros de grande credibilidade para neutralizar os ataques que viriam à organização e, segundo, aumentar a credibilidade das próprias denúncias e, daí, sua repercussão. Assim, um de seus objetivos era criar uma marca, atraindo os principais interessados. (SILVEIRA, 2011, p. 157-8)

Outra precaução utilizada na rede de informação, publicação e contatos é a utilização de criptografia para que não se possa ter acesso aos colaboradores do site, sejam os que trabalham diretamente na análise e publicação dos conteúdos ou os informantes. A tecnologia utilizada pelo site é relativamente simples e já disseminada:

Nem mesmo a sobrecarga de acesso aos sites de grandes corporações financeiras obtidas pelo uso da técnica de um DDOS (Distributed Denial of Service) é recente. Já em 1998, um grupo de ativistas autodenominados Electronic Disturbance Theatre (EDT) utilizaram diversas ações de DDOS para impedir o acesso aos sites do governo norte-americano e mexicano. Também o uso de criptografia forte para proteger a comunicação de dados entre os apoiadores do *Wikileaks* não é inovador. A rede e o software TOR, por exemplo, têm sido usados desde 2002 por diversos ativistas dos direitos humanos, inclusive na China. (SILVEIRA, 2011, p. 152)

Deve-se ressaltar que, apesar da denominação “*wiki*”, o *Wikileaks* não entra, propriamente, na denominação do que é chamado “Web 2.0”, pois, devido ao formato e às pretensões do site, seria inviável trabalhar com softwares colaborativos e, ao mesmo tempo, impedir que sabotadores alterassem o site.

A atividade do *Wikileaks* se encaixa no que Castells denomina de “política do escândalo”, na qual há uma forte aproximação entre política e entretenimento. (CASTELLS, 2003, p. 188) As informações são trabalhadas dentro de fortes polêmicas, atraindo o que Silveira chamou de “espetacularismo político”. “O *Wikileaks* trabalha com vazamentos, com a confirmação de fatos que os poderosos tentaram esconder, com o imaginário do perigo e com a necessidade dos poucos heróis que assumem os riscos de enfrentar o poder muitas vezes descomunal” (SILVEIRA, 2011, p. 159).



Para esse mesmo autor, a observação do fenômeno *Wikileaks* permite chegar a três conclusões:

1) A mobilização política e cibernética contra o *Wikileaks* gerou uma grande articulação em sentido contrário. 2) Os embates em torno do *Wikileaks* permitiram alertar a opinião pública internacional para o fato de que as grandes corporações podem tentar anular a liberdade de expressão pelo controle que possuem da infraestrutura de comunicação. 3) Disseminou-se como protesto legítimo um tipo de mobilização que combina conhecimento tecnológico (*hacker*) e adesão massiva de interagentes (ciberativismo) (SILVEIRA, 2011, p. 159).

3. *Wikileaks*, ética e opinião pública

O *Wikileaks* age em consonância com o que está previsto no artigo 19 da Declaração Universal de Direitos Humanos, aprovada na Conferência da ONU de 1948, acerca do direito à informação, que diz: “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. Portanto, esta norma não corresponde apenas a um direito em si, mas engloba um grupo mais amplo de direitos civis e políticos e é essencial para a proteção dos demais direitos humanos. (CUNDARI e BRAGANÇA, 2011, p. 2).

Dentro da esfera da Comunicação Social, se discute acerca das informações divulgadas pelo *Wikileaks* com base nos preceitos éticos do jornalismo, pelo fato do site não informar suas fontes e nem de que forma a informação foi obtida; algo que pode ter acontecido por livre acesso a elas ou, então, por meio de roubo de informações, de forma física ou virtual, através de *hackers*. Tal confidencialidade da fonte, no entanto, é respeitada em diversos países e está presente no Artigo 8º do Código de Ética dos Jornalistas brasileiro, que prevê: “Sempre que considerar correto e necessário, o jornalista resguardará a origem e a identidade de suas fontes de informação⁷”.

Alguns autores defendem a importância da informação e do direito à informação para justificar a utilização dos dados, como é o caso de Ash:

Com relação à ética jornalística referente ao debate sobre os vazamentos, Timothy Garton Ash questiona que, se algo radioativo vazar de um núcleo secreto menor, seja via o mecanismo do OpenLeaks ou de outro modo, “deveria o senhor Jornalismo Ético desviar os olhos, corando, e devolvê-lo sem ler, exclamando ‘Ai de mim, eu realmente não deveria estar vendo isso’. Claro que não. É

⁷ CÓDIGO de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Disponível em:
<<http://www.saladeprensa.org/art897.pdf>> Acesso: 08 dez 2011.



problema do governo conservar seus segredos. É problema da imprensa descobri-los” (CUNDARI e BRAGANÇA, 2011, p. 6).

Porém, há especialistas do jornalismo que desaprovam completamente o serviço do *Wikileaks*, na medida em que não se originam sequer de profissionais do que seria uma espécie de agência de informações de caráter investigativo. Desta forma, estariam tomando o espaço que pertenceria a certa categoria específica, treinada previamente para isso.

De acordo com Robert Niles, o fenômeno *Wikileaks* está dividindo os jornalistas em duas correntes. De um lado, estão os que defendem a tese de que a informação deve chegar até o público, não importa os meios e formas, para que o cidadão possa exercer o seu direito de decidir sobre os rumos do país; e do outro, os profissionais que desejam controlar o fluxo da informação para manter os seus empregos (CUNDARI e BRAGANÇA, 2011, p. 10).

Vários pontos, porém, se colocam em relação a isso. Em primeiro lugar, deve-se lembrar que os documentos são publicados na íntegra, apenas retirando-se os nomes de pessoas que poderiam correr risco de morte com a divulgação daquele. Não há reflexão ou contextualização acerca do teor da informação, apenas um breve resumo do que está contido ali. Não se trata, assim, de uma prática propriamente jornalística, que continuaria a cargo, apenas, dos meios tradicionais que as divulgam.

Além disso, em relação ao público em geral, que é o grande interessado perante essas informações vazadas, as questões éticas que estão em jogo não dizem respeito ao campo do jornalismo, sendo apenas aquelas do senso comum. Nem por isso, tal opinião do público deixa de ser importante para os meios de comunicação, na medida em que influi diretamente em suas necessidades e futuras diretrizes, além de colaborar no estabelecimento de novos padrões derivados da expansão do ambiente digital e de suas redes.

O apoio ou a desaprovação perante as práticas do *Wikileaks* fundamentará o que a opinião pública julgará que os profissionais da comunicação deverão ou não fazer em suas práticas, e também, corroborará, ou não, os ideais de liberdade de informação. Estará em jogo a existência dos chamados *gatekeepers*, ou seja, aqueles que decidem o que deve ou não ser divulgado, pois pode-se chegar à conclusão de que toda informação deve ser livre de quaisquer intermediações. E, ao mesmo tempo, os governos se veriam obrigados, se essa tendência se confirmasse, a serem mais transparentes perante a sociedade.



Com base no paradigma anterior às atividades do *Wikileaks*, o vazamento de informações com base em roubo, e, conforme ocorre muitas vezes, por meio de *hackers*, seria considerado algo antiético, independentemente de seu teor e de eventuais danos que ela poderia prevenir. E, assim, seria de se prever que as ações do *Wikileaks* sofreriam certo repúdio por parte da sociedade.

Porém, não foi isso que ocorreu. Em 26 de abril de 2011, o instituto americano Ipsos divulgou o resultado de uma pesquisa realizada em 24 países (África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Hungria, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Polônia, Rússia, Suécia e Turquia) com cidadãos entre 16 e 64 anos, para avaliar quantitativamente a opinião dessas sociedades sobre o *Wikileaks*.⁸ Foram feitas seis perguntas com respostas fechadas, nas quais não era possível avaliar qualitativamente as opiniões dos entrevistados, incluindo uma pergunta acerca dos métodos utilizados pela organização.⁹ O único país em que a maioria absoluta discordou foi, obviamente, os Estados Unidos, país de origem da maior parte dos documentos vazados durante o período de atividade do site. As nações emergentes apresentaram uma porcentagem maior de apoio do que os países europeus desenvolvidos. No Brasil, de acordo com essa pesquisa, 78% dos entrevistados apóiam o *Wikileaks*.

Porém, a pesquisa não oferece subsídios para se inferir os motivos pelos quais os brasileiros apóiam o site. Estes podem ser os mais diversos possíveis, porém trabalhamos com a hipótese de que isso ocorre por causa da defesa da liberdade de informação, em conformidade com o discurso pregado pelo próprio site, e, ainda, talvez, pelo espetacularismo gerado pelo teor das informações. Essa segunda possibilidade será abordada em outra oportunidade, porém para que tratemos, aqui, da primeira será necessário exemplificar qual é o princípio adotado nesse sentido, de acordo com a própria organização.

⁸ JULIAN Assange and *Wikileaks*. Disponível em:: < <http://www.ipsos-na.com/download/pr.aspx?id=10833>> Acesso 07 nov 2011.

⁹ A pergunta feita foi: “As you may know, the mission of the *Wikileaks* internet site is to publish copies of confidential government or corporate files and information to the public. Do you support or oppose this type of site that would post such materials?” Tradução livre: “Como você deve saber, a missão do site *Wikileaks* é publicar cópias de documentos ou informações confidenciais de empresas ou do governo para o público. Você é a favor ou contra esse tipo de site que postaria tais materiais?”



Em entrevista à revista brasileira *Trip*, em maio de 2011¹⁰, Julian Assange afirmou:

(O *Wikileaks*) é um website, uma tecnologia funcional, um caminho filosófico. É também uma rede de pessoas que acreditam em algo... Defendemos um conceito simples, mas abstrato: a verdade é o único ingrediente realmente útil na hora de tomar decisões. E tais decisões, até pelo quanto podem afetar o mundo, devem sempre ter por base a verdade. Então trazer o máximo de informação real à tona é o jeito certo de decidir as coisas. Parece um tanto abstrato, mas é muito, muito importante, e nos leva à liberdade de imprensa, à liberdade de expressão (ASSANGE, 2011, online).

Na mesma entrevista, Assange defende, também, a transparência dos governos perante a sociedade:

Transparência é para os governos. Transparência é para as organizações que são tão grandes que se tornam parte do governo. Privacidade é para os indivíduos. Transparência tira o poder das organizações poderosas e o confere a quem não tem poder nenhum. Privacidade protege indivíduos que não têm poder contra a força das organizações titânicas. Essa é a separação correta (ASSANGE, 2011, online).

Não há uma resposta única do porquê diversos países apóiam a organização de Julian Assange, devido à heterogeneidade de suas realidades, que motivariam o apoio ou o repúdio, como no caso dos Estados Unidos. Mais uma vez citando Assange, para ele as motivações do Brasil seriam uma certa independência perante ao cenário geopolítico da América Latina e também sua cultura singular.

4. O Brasil e o *Wikileaks*

Assim, para obter mais dados acerca do tema e entender melhor os motivos que levam os brasileiros a apoiar o *Wikileaks*, foi realizada uma pesquisa com 22 pessoas, definidas por meio de uma amostra aleatória obtida pela participação desses indivíduos na rede social Facebook, por terem simplesmente “curtido” ou comentado qualquer postagem, independente do conteúdo, em páginas de capitais e Estados do país e das quatro revistas de maior circulação no país – Istoé, Veja, Época e Carta Capital. O critério, portanto, foi de mera atividade recente no Facebook. Foi então enviado formulário, no qual a pergunta central era se apoiavam ou desaprovavam os métodos do *Wikileaks* e o porquê daquela resposta. Dentro desse universo, 16 foram favoráveis aos

¹⁰ JULIAN Assange. Disponível em: < <http://revistatrip.uol.com.br/revista/199/paginas-negras/julian-assange.html> > Acesso: 08 dez 2011.



métodos da organização *Wikileaks* (72,72%), 4 contrários (22,72%), e 2 apresentaram argumentos favoráveis e contrários (4,54%).

Entre aqueles com argumentos favoráveis, ficou evidente que o discurso veiculado pelo grupo, de defesa da livre informação e da transparência dos governos, foi absorvido pela amostra. Respostas com esse teor apareceram doze vezes, sendo o argumento mais utilizado. Em seguida, apareceu o tema da liberdade de imprensa, que define que ninguém deve deter domínio sobre a informação e que difere do princípio da livre informação, segundo o qual a imprensa deve ser livre em suas divulgações, não sendo cerceada.

Além desses pontos, foi citado ser esse “o único meio de obter essas informações”, já que, de outra forma, os governos não as liberariam, a imprensa não as conseguiria ou não possuiria disposição para obtê-las. As outras justificativas foram o impacto positivo na adoção de práticas políticas mais saudáveis por parte dos Estados, evitando problemas diplomáticos com outros países, e o anseio da sociedade civil por quaisquer informações.

Assim, foi possível perceber alguns outros índices relacionados à tendência da sociedade brasileira de apoiar a liberdade de informação. É possível que o resultado tenha relação com os problemas de censura pelos quais o país passou durante a Ditadura Militar no final do século passado; além, é claro, da possível emergência de uma postura política mais independente, de acordo com as tendências mundiais de liberdade advindas dos conceitos formulados nas sociedades mais participativas e livres pós-Web 2.0. Outro fator que nos parece relevante é o discurso heróico dos organizadores do *Wikileaks*, bastante convidativo para um apoio, ainda mais em uma sociedade que recentemente foi reprimida em suas formas de expressão e em sua imprensa.

Aponta-se, portanto, para o fato de que a sociedade brasileira tende a exigir uma transparência maior dos governos e a cobrar dos veículos de comunicação que investiguem e obtenham informações relativas a eles, tal como o *Wikileaks* faz em escala mundial. Assim, segue a tendência mundial de maior liberdade e democracia, e sede por informação. Resta, porém, verificar em que grau essa informação é, de fato, absorvida e se torna conhecimento, envolvendo um raciocínio crítico.

Tal preocupação com a recepção crítica justifica-se em vista da uniformidade nas respostas dos favoráveis relacionadas, meramente, à “liberdade de informação” e à “transparência”, o que pode ser um índice de aceitação da posição do *Wikileaks* sem uma reflexão adequada. Somente uma minoria apresentou uma postura mais crítica,



pesando prós e contras, embora também concluam que “os fins justificam os meios” mesmo quando questionam os métodos utilizados. Não verificamos, ainda, qualquer problematização relativa à política de divulgação do *Wikileaks*, o que pode configurar uma espécie de alienação perante o conceito de liberdade de informação.

Uma preocupação apresentada pelos favoráveis, e também pelos contrários, envolve a veracidade das informações, considerando-se o sigilo das fontes. Compartilhado também por ambos os grupos é o receio e o desconforto perante a mídia tradicional.

Em relação aos desfavoráveis ao *site*, pôde-se perceber que seus argumentos estão centrados basicamente no perigo dessas informações para as relações políticas entre países, podendo causar guerras ou desestabilizar governos. Esse argumento apareceu três vezes nas respostas, indicando que o problema, para esse grupo, não está tanto na ética de obtenção, e sim mais nas consequências que as informações poderiam causar em um determinado contexto geopolítico. As outras argumentações contrárias envolveram a invasão de privacidade, tocando, aí, na questão ética da obtenção da informação; os limites determinados pelas políticas de privacidade garantidas na Constituição Brasileira de 1988, e, ainda, o rompimento de conceitos morais. Cada uma destas últimas foi citada apenas uma vez. Há, nessa heterogeneidade dos argumentos, uma diferença marcante em relação ao grupo anterior.

Em relação à liberdade de informação, mesmo os desfavoráveis a consideraram importante e, ao questionar suas consequências, se mostraram até mais predispostos do que os demais a considerar diferentes vertentes ao decidir sua posição. Outro indício de postura crítica relaciona-se à preocupação com a idoneidade do *Wikileaks*, que é quem decide quais e quando as informações serão divulgadas. Questionam, daí, se não poderia haver certo oportunismo político e até financeiro por parte do grupo.

Em suma, a diferença fundamental entre os dois grupos é que, enquanto os favoráveis julgam que não há limites para a difusão de informações governamentais, os desfavoráveis acreditam que, para o bem estar da diplomacia e da estabilidade geopolítica, algumas informações não deveriam, ou não seria necessário, vir à tona.

5. Análise dos dados e considerações finais

Em suas relações com o grande público, e em escala global, o *Wikileaks* vem se alinhando a proposições, posturas e conceitos libertários no campo da informação bastante adequados aos ideais das sociedades democráticas. Nossa pesquisa indicou que



isso parece ocorrer também no Brasil, com a repetição clara dos ideais promovidos pela organização.

Porém, essa repetição pode ser perigosa na medida em que inclui uma falta de raciocínio crítico sobre as ações realizadas pelo *Wikileaks*, mesmo que alguns apoiadores e, principalmente, os desfavoráveis, tenham questionado alguns aspectos. O discurso libertário parece sedutor em demasia, dificultando que boa parte do público possa ponderar razoavelmente sobre as implicações e, até mesmo, a postura da organização.

Ao analisar as respostas, apresentou-se, assim, algo mais importante do que um maior esclarecimento sobre o apoio dos brasileiros ao *Wikileaks*, confirmando a idéia de que, muitas vezes, a importância de uma amostra de dados se encontra no inesperado. De fato, a possível fragilidade crítica dos que se mostraram favoráveis ao site nos conduz a uma problemática mais complexa, relacionada à lógica do pensamento desse grupo.

De acordo com a teoria lógica semiótica de Charles Peirce, em seu esforço de obter a significação mais efetiva possível e o máximo de compreensão entre as mentes envolvidas, os processos de comunicação devem observar alguns procedimentos, e entre eles encontra-se a adoção de posturas questionadoras frente às concepções em jogo. Adotando-se tais parâmetros, os processos tenderiam a ser mais bem sucedidos, o que, no caso aqui tratado, implicaria numa apreensão rica e produtiva das informações divulgadas pelo *Wikileaks*, em especial por parte de seus apoiadores.

A lógica desse pensamento consiste, em primeiro lugar, na necessária articulação dos dados informativos de forma que se possa extrair deles alguma alteração em relação à forma como pensávamos anteriormente sobre aquele tema. Tal procedimento estaria, portanto, relacionado a articulações novas em alguma escala, porém, esse outro patamar de nossa percepção sobre o objeto não é suficiente. Com base em nossas experiências anteriores, é preciso que façamos um juízo preliminar sobre o que esse elemento realmente nos traz de novo e, a partir daí, hipotetizemos, internamente, possíveis efeitos que tal ocorrência poderia vir a gerar no contexto no qual ele surge. Ou seja, temos uma determinada concepção sobre as posturas de um governo, por exemplo, e a divulgação de dados no *Wikileaks* nos coloca em posição de prever possíveis conseqüências daquela divulgação, o que pode vir a alterar nossa concepção sobre tal contexto, caso tais fatos sejam verdadeiros.



O ato de prever essas possíveis conseqüências deve ser seguido pelo esforço de inseri-los num determinado contexto existencial, para que possam, de fato, ser verificados ou não. Não basta, portanto, confiarmos na fonte, seja ela o *Wikileaks* ou outra qualquer, e tomarmos o que está sendo transmitido como algo verdadeiro. Para que esses dados estejam aptos a produzir seus efeitos significativos da maneira o mais abrangente possível é necessário que as idéias que eles nos trazem sejam aplicadas a situações concretas, observando algum grau de aleatoriedade, e, de forma honesta conosco mesmos, tiremos nossas conclusões.

Em qualquer caso é recomendável que tal avaliação seja compartilhada por outros observadores, de modo que ampliemos ao máximo o âmbito interpretativo da conclusão. Assim, não é suficiente que tomemos a primeira idéia que a divulgação de dados nos traz como verdadeira, mas devemos testá-la, antes que a adotemos. Conforme vimos acima, não nos parece que esse cuidado esteja sendo tomado pelos apoiadores do *Wikileaks*. Além disso, a lógica da significação nos aconselha que, mesmo tendo realizado tal operação verificadora, estejamos sempre prontos a reformulá-la em vista de fatos que surjam no decorrer desse processo.

Assumir o caráter frágil das conclusões de idéias derivadas de quaisquer informações obtidas é, assim, uma espécie de garantia no rumo do melhor aproveitamento possível do que nos está sendo fornecido. Só aí, elas seriam passíveis de nos conduzir a uma alteração de nossos pensamentos sobre a questão, o que constituiria a postura mais adequada possível em relação àquele contexto concreto, mesmo que falível. Também não verificamos tais procedimentos por parte dos seguidores do *Wikileaks*, daí nossa crítica à sua apreensão muito direta e sem questionamentos das interpretações sugeridas pelo site. Nesse sentido, a postura dos desfavoráveis poderia até ser mais produtiva, mesmo que possa nos parecer menos simpática.

REFERÊNCIAS

ANTOUN, H; MALINI, F. Ontologia da Liberdade na Rede: as multi-mídias e os dilemas da narrativa coletiva dos acontecimentos. In: **XIX Encontro da Compós**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://compos.com.puc-rio.br/media/gt1_henrique_%20antoun_%20f%20E1bio_malini.pdf> Acesso em 05 dez 2011.

ARAÚJO, Willian Fernandes. Caso Wikileaks – Dinâmicas sociais de uma ‘Ciberguerra’. In: INTERCOM XII INTERCOM SUL. 2011, Londrina. **Anais**. Disponível em <www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2011/.../R25-0385-1.pdf> Acesso em 05 dez 2011.



_____. Os mecanismos de controle na era do protocolo: o caso Wikileaks. In: IV Seminário Nacional de Ciência Política, 2011, Porto Alegre. In: **IV Seminário Nacional de Ciência Política, 2011.** Disponível em <http://www6.ufrgs.br/snncp/4SNCP/GT_CultPolitOpPub/WillianAraujo.pdf> Acesso em 22 fev 2012

_____. We open governments : liberdade de informação e dinâmicas ciberativistas na Era do Protocolo. In: **Seminário Internacional de Pesquisa em Comunicação**, 2011, Santa Maria. Editora UFSM, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **O Poder da identidade**. 3. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2001.

_____. **A galáxia da Internet**: Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

_____. **Quem tem medo do Wikileaks**. 2010. Disponível no site <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17258> Acesso em 30 nov. 2011

CUNDARI, Paula Casarini e BRAGANÇA, Maria Alice. Vazamentos e Vulnerabilidade: o caso Wikileaks à luz do direito à informação. In: XXXIV INTERCOM. 2011. Recife. **Anais**. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1667-1.pdf>> Acesso em 07 dez 2011.

PIMENTA, Francisco J. Paoliello. Semiótica, como teoria da representação, e o campo da Comunicação. In: **Anais do XVI Compós**. Curitiba: Tuiuti/Compós. (CD), (2007).

PEIRCE, Charles Sanders. **Collected Papers**. 8 vols. Cambridge: Harvard University Press, (1931 1958).

SELAIMEN, Graciela B. Governos, empresas, Wikileaks e governança da Internet. In: **Contemporânea**. (UFBA. Online.), v. 9, p. 183-200, 2011.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu . O fenômeno Wikileaks e as redes de poder. In: **Contemporânea** (UFBA. Online), v. 9, p. 151-166, 2011.

_____. Redes cibernéticas e tecnologias do anonimato. Confrontos na sociedade do controle. In: **Comunicação e Sociedade**, v.1, p. 113-134, 2009.

STRESSER Jr., Ronald Sanson. **Ciberativismo** – A política 2.0. Disponível no site <<http://pt.scribd.com/doc/32350802/CIBERATIVISMO-A-POLITICA-2-0-Ronald-S-Stresser-Jr>> Acesso em 15 fev 2012.